

Nº ordem: _____

Sala: _____

ISCTE  **Business School**
Instituto Universitário de Lisboa

Contabilidade Financeira II

Gestão; Finanças e Contabilidade
2013/2014

03/Junho/2014

Frequência
Exame

☐☐

Resolução

Grupo	Cotação	Classificação
I	3	
II	7	
III	4	
IV	6	
Total	20,0 valores	

Aluno Nº:	Nome:	Turma:

Resolução do Grupo I

Alínea 1.

A afirmação é verdadeira. De acordo com o previsto na NCRF 22, os Subsídios são apoios relacionados com ativos (genericamente designados de subsídios ao investimento) ou relacionados com rendimentos (genericamente designados de subsídios à exploração).

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (Conta 59.3) e imputados numa base sistemática como rendimentos (Conta 7883) durante o período necessário para balancear os gastos que eles pretendam compensar (normalmente ao longo da vida útil do ativo). Caso a vida útil seja indefinida ou caso estejam associados a ativos não depreciáveis/amortizáveis (p.e. alguns Ativos Intangíveis), devem ser mantidos nos CP, a não ser que compensem eventuais perdas por imparidade associadas aos mesmos (§ 12 NCRF 22).

Os subsídios à exploração, ou seja aqueles que se destinam a assegurar determinados níveis de rentabilidade ou a compensar déficits de exploração, devem ser, regra geral, imputados ao período económico a que dizem respeito (§ 24 NCRF 22). Caso digam respeito a períodos futuros, devem ser imputados a esses exercícios económicos, em observância do regime do acréscimo, e como tal relevados no Passivo na Conta 282.

Torna-se necessário divulgar nas notas a política contabilística adotada para os subsídios, a sua natureza e extensão, e ainda eventuais contingências a eles associadas.

Alínea 2.

A afirmação é verdadeira. De acordo com o § 42 NCRF 13, um investimento numa associada (conta 41) deve ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas que impliquem a utilização do método do custo. A partir da data em que deixe de existir influência significativa deverá ser descontinuado o MEP.

A utilização do MEP na valorização subsequente do investimento financeiro implica que o valor da participação seja ajustado (aumentado ou diminuído), pela percentagem de interesse, em função das variações verificadas no capital próprio da investida (traduz-se num aumento ou diminuição da quantia escriturada do investimento). Ou seja, a parte do investidor nos resultados da investida é reconhecida nos resultados do investidor (§ 58 NCRF 13). Por exemplo, a distribuição de dividendos por parte da investida implica uma redução da quantia escriturada do investimento (crédito da conta 41), enquanto uma revalorização dos AFT e AI da investida implica um aumento da quantia escritura do investimento (débito da conta 41). Assim, os ajustamentos em função das flutuações ocorridas no CP da investida aproxima o valor do investimento ao valor patrimonial da investida.

Resolução do Grupo II

Questão 1

Questão

1

Nº	Descrição	Débito	Crédito	Valor
1.1	Fatura 33	--	711	85.500,00
		--	2433	17.100,00
		211	--	102.600,00
1.2	Custo da mercadoria vendida	611	32	61.500,00
2.1	Anular adiantamento	218	--	5.000,00
		24341	--	1.000,00
		--	211	6.000,00
3.1	Quebra de inventário	6842	382	2.050,00
3.2	Saida do armazém	382	32	2.050,00
4.1	Reversão de imparidade - Cliente H	219	76211	9.600,00
4.2	Dívida incobrável (a)	683	--	3.000,00
		219	--	3.000,00
		--	211	6.000,00
4.3	Imparidade do Cliente AA	6511	219	5.400,00

(a) Considerar também correto a utilização de IVA à taxa de 20%?

4.2	Dívida incobrável (a)	683	--	2.000,00
		219	--	3.000,00
		24341	--	1.000,00
		--	211	6.000,00

Questão

2

Nº	Descrição	Débito	Crédito	Valor
1.1	Constituição de sociedade			
	- Subscrição	261	5111	50.000,00
	- Realização	121	261	50.000,00
	- Transf p/Cap. Realizado	5111	5112	50.000,00
1.2	Despesas de constituição da sociedade	6221	121	1.600,00
2	Aquisição de mobiliário	435	2711	15.000,00
3	Financiamento bancário	121	2511	2.000.000,00
4.1	Aquisição de Imóvel (10 frações)	--	121	2.000.000,00
		311	--	1.600.000,00
		431	--	50.000,00
		432	--	150.000,00
4.2	Transferencia p armazém	32	311	1.600.000,00
5	Pagamento do seguro	6263	--	200,00
		281	--	2.200,00
		--	121	2.400,00
6	Depreciação do mobiliário	6425	4385	1.500,00
7	Depreciação do imóvel	6422	4382	6.000,00
8	Acréscimo de juros do financiamento	6911	2722	10.000,00

Resolução do Grupo III

Questão 1

Alínea a)

Nº	Descrição	Débito	Crédito	Valor
1.1	Revalorização do terreno	431	589	25.000,00
1.2	Revalorização imóvel			
	- Valor base	432	589	100.000,00
	- Depreciações acumuladas	589	4382	40.000,00
2.1	Alienação da maquina X			
	- Anular método indireto	4383	--	18.750,00
		4393	--	500,00
		--	433	19.250,00
	- Abate da maquina X	7871	433	5.750,00
	- Venda da máquina X	121	--	8.400,00
		--	7871	7.000,00
		--	2433	1.400,00

Alínea b)

Excedente de revalorização gerado:	85.000,00
Coeficiente de atualização:	
- Terreno = $125.000/100.000 = 1,25$	
Variação na rubrica terreno: $(100.000 \times 1,25 - 100.000)$	<u>25.000</u>
- Edifício = $300.000/(400.000 - 160.000) = 1,25$	
Variação Edifício (V0): $(400.000 \times 1,25 - 400.000)$	100.000
Variação Dep.Acum.: $(160.000 \times 1,25 - 160.000)$	-40.000
	<u>60.000</u>
Excedente de revalorização realizado em N+1:	5.000,00
- Vida útil remanescente = 12 anos	
- Excedente de revalorização realizado em N+1 = $60.000/12 = 5.000$	

Questão 2

Nº	Descrição	Débito	Crédito	Valor
1	Aquisição das ações K:			
	- Valor patrimonial	4111.1	--	68.000,00
	- Goodwill	4111.2	--	12.000,00
		--	121	80.000,00
2	Efeito da revalorização em K	4111.1	5713	8.000,00
3	Imputação de Res.Liq. em N de K	4111.1	7851	12.000,00
EM N+1				
4.1	Atribuição de lucros aos acionistas	264	4111.1	8.000,00
4.2	Lucros não atribuídos	56	5712	4.000,00

Resolução do Grupo IV

Nº	Descrição	Débito	Crédito	Valor
1	Provisão para Proc Jud em Curso	673	293	20.000,00
2	Reversão de imparidade	4393	7626	1.000,00
3.1	Contrato de locação financeira	435	2513	9.600,00
3.2	1ª renda	2513	121	960,00
4	Realização de Capital	431	261	50.000,00
		5111	5112	50.000,00
5	Honorarios	6224	--	2.500,00
		2432	--	500,00
		--	2422	500,00
		--	121	2.500,00
6	Depreciação da viatura ligeira de passageiros	6425	4385	2.400,00

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE N

u.m.: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS
		31 DEZ N
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis		674.100,00
		674.100,00
Activo corrente		
Inventários		87.040,00
Clientes		194.980,00
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos		3.050,00
Accionistas / sócios		
Outras contas a receber		40.000,00
Diferimentos		1.800,00
Caixa e depósitos bancários		249.740,00
		576.610,00
Total do activo		1.250.710,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado		500.000,00
Reservas legais		2.130,00
Outras reservas		9.000,00
Resultados transitados		-28.660,00
Resultado líquido do período		0,00
Total do capital próprio		482.470,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		20.000,00
Financiamentos obtidos		280.000,00
Outras contas a pagar		
		300.000,00
Passivo corrente		
Fornecedores		339.310,00
Adiantamentos de clientes		2.000,00
Estado e outros entes públicos		19.030,00
Financiamentos obtidos		98.250,00
Outras contas a pagar		9.650,00
Diferimentos		
		468.240,00
Total do passivo		768.240,00
Total do capital próprio e do passivo		1.250.710,00